

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 27 DE 27 DE AGOSTO DE 2015.

“Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial de que trata o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social de Indaiatuba, para as categorias que especifica, e dá outras providências.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Indaiatuba, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física a que se refere esta lei e aqueles que venham a ser definidos em Lei Complementar Federal.

§ 1º - Até que seja editada a Lei Complementar de que trata o “caput” deste artigo e nos termos da Súmula Vinculante n.º 33 do STF, aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral da Previdência Social para concessão da aposentadoria especial de que trata o inciso III do § 4º, do artigo 40, da Constituição Federal.

§ 2º - Para concessão de aposentadoria especial aos servidores integrantes da Guarda Civil de Indaiatuba, com fundamento na Lei Complementar Federal n.º 51, de 20 de dezembro de 1985, com alteração dada pela Lei Complementar Federal n.º 144, de 15 de maio de 2014, aplicam-se os requisitos e critérios estabelecidos nesta Lei Complementar.

§ 3º - Exceto para os servidores a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo, a concessão das demais aposentadorias especiais fica condicionada a regulamentação pela lei complementar federal de que trata o § 4º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 2º - A aposentadoria especial a que se refere o § 1º do artigo 1º desta lei, será devida ao servidor que comprovar 25 (vinte e cinco) anos de atividade permanente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, com exposição a agentes nocivos químicos, físicos ou biológicos.

§ 1º - Considera-se atividade permanente aquela exercida de forma não ocasional, nem intermitente, no qual a exposição do servidor ao agente nocivo seja indissociável da prestação do serviço público.

§ 2º - A caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais obedecerão ao disposto na legislação em vigor na época do exercício das atribuições do servidor público, tendo como referência o disposto nas normas e instruções do Ministério da Previdência Social.

Art. 3º - Será concedida aposentadoria especial ao servidor integrante da Guarda Civil de Indaiatuba:

I - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados; e

II - voluntariamente, independentemente da idade:

a) após 30 (trinta) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se homem; e

b) após 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, desde que conte, pelo menos, 15 (quinze) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial, se mulher.

Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, considera-se exercício efetivo em cargo de natureza estritamente policial, com o objetivo de manter a segurança pública, o desempenho de atividade plena no exercício de suas funções na carreira da Guarda Civil de Indaiatuba, e desde que esteja apto para o porte de arma.

Art. 4º. Os proventos da aposentadoria especial de que trata esta Lei Complementar serão integrais, calculados e reajustados na forma estabelecida no § 3º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para o cálculo dos proventos da aposentadoria compulsória de que trata o artigo anterior aplicam-se as mesmas regras previstas nos § 10 do artigo 146 da Lei Municipal n.º 4.725/05.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, aos 27 de agosto de 2015, 185º de elevação à categoria de freguesia.

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO

DECRETO Nº 12.529 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo Administrativo nº 19.301/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor total de R\$120.888,00 (cento e vinte mil, oitocentos e oitenta e oito reais), nos termos do disposto nos incisos II e VII do art. 6º, da Lei 6.408, de 10 de Dezembro de 2014, nas dotações abaixo codificadas:

FICHA	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
713	01.17.01.10.3090035.2071.4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	40.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAS PÚBLICAS			
513	01.16.01.15.4510023.2002.3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	13.000,00
553	01.16.02.15.4510026.2053.3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	37.688,00
566	01.16.04.15.4520028.2002.3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	30.200,00

TOTAL.....R\$120.888,00

Art. 2º - O valor do crédito a que se refere o artigo 1º deste Decreto, será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro 2014 — Por Fonte de Recurso no valor de R\$ 40.000,00 e das dotações abaixo codificadas:

FICHA	REDUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR RS
515	01.16.01.15.4510023.2002.3.3.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
516	01.16.01.15.4510023.2002.3.3.90.36	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	8.000,00
554	01.16.02.15.4510026.2053.3.3.90.39	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	37.688,00
567	01.16.04.15.4520028.2002.3.3.90.36	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	30.200,00

TOTAL.....Redução+ Recursos.....R\$120.888,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 25 de agosto de 2015.

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO

DECRETO Nº 12.530 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o que mais consta no Processo Administrativo nº 19.812/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento vigente, do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, nos termos do disposto no inciso VII, do art.6º, da Lei 6.408, de 10 de Dezembro de 2014, crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 7.960.000,00 (sete milhões, novecentos e sessenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Fun. Programática	Cat. Econômica	Valor RS	Ficha	Fonte
03.01.01	17.5120062.1041	4490.51	2.500.000,00	17	04
03.01.01	17.5120062.1044	4490.51	1.200.000,00	21	04
03.01.01	17.5120062.1044	4490.52	1.000.000,00	22	04
03.01.01	17.5120062.2125	3390.34	400.000,00	44	04
03.01.01	17.5120062.2125	3390.39	2.500.000,00	46	04
03.01.01	17.5120062.2125	3390.47	210.000,00	47	04
03.01.01	18.5430062.2128	3390.30	150.000,00	61	04

Total.....R\$7.960.000,00

Art. 2º - O valor do crédito a que se refere este artigo será coberto com recursos provenientes em igual valor, do superávit financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaiatuba, aos 25 de agosto de 2015.

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ
PREFEITO

DECRETO Nº 12.531 DE 25 DE AGOSTO DE 2015.

“Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.”

REINALDO NOGUEIRA LOPES CRUZ, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo Administrativo nº 20.111/2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente, crédito adicional suplementar no valor total de R\$4.000,00 (quatro mil reais), nos termos do disposto no inciso VII do art. 6º, da Lei 6.408, de 10 de Dezembro de 2014, nas dotações abaixo codificadas:

FICHA	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR RS
G.P/FUNSSOL - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE			
1059	01.01.02.08.2440002.2002.3.3.90.36	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	3.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
1060	01.09.02.12.3610018.2033.3.3.90.36	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.000,00

TOTAL.....R\$4.000,00

Art. 2º - O valor do crédito a que se refere o artigo 1º deste Decreto, será coberto com recursos provenientes das dotações abaixo codificadas:

FICHA	REDUÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR RS
21	01.01.02.08.2440002.2002.3.3.90.39	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.000,00
299	01.09.02.12.3610018.2033.3.3.90.39	OUTROS SERV. DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00

TOTAL.....Redução+ Recursos.....R\$4.000,00